

História dos afrodescendentes: disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará

HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR*

Resumo: Os movimentos sociais negros produziram a partir de 1970 forte crítica à educação brasileira e denunciaram a história oficial como parte de um sistema de dominação, como arma ideológica do racismo antinegro estrutural. Reclamaram a escrita de uma história da população negra escrita por negras e negros da mesma forma que foi a História Africana produzida pela UNESCO em 1982. Diversos autores e autoras dos movimentos negros publicaram textos na perspectiva das populações negras. A dificuldade foi a introdução das produções nos currículos universitários. A dificuldade não apenas técnica principalmente ideológica, visto que as universidades brasileiras são eurocêntricas e que o pensamento em torno das mazelas escritas em clássicos da literatura acadêmica produziu uma ideologia da inexistência de problemas racistas no Brasil. Parte da bibliografia utilizada nos cursos de ciências humanas é muito contestada pelos intelectuais dos movimentos negros e quase nunca discutido pelas universidades. Em 2002 ocorreu a organização da disciplina de história dos afrodescendentes para os cursos de pedagogia, como revisão recente da ementa, o artigo apresenta os conteúdos e a ementa dessa disciplina.

Palavras chave: história dos afrodescendentes; ementa curricular; formação de professores.

History of African descendant's people: discipline syllabus in under graduation course in Pedagogy – the Federal University of Ceará

Abstract: Black social movements produced a strong criticism of Brazilian education from 1970 onwards and denounced official history as part of a system of domination, as an ideological weapon of structural anti-black racism. They demanded the writing of a history of the black population written by blacks and blacks in the same way that African History produced by UNESCO in 1982. Several authors and authors of black movements published texts from the perspective of black populations. The difficulty was the introduction of productions in university curricula. The difficulty is not only technical, mainly ideological, since Brazilian universities are Eurocentric and the thinking around the problems written in classics of academic literature produced an ideology of the absence of racist problems in Brazil. Part of the bibliography used in humanities courses is highly contested by black movement intellectuals and almost never discussed by universities. In 2002, the history of Afro-descendants was organized for pedagogy courses, as a recent revision of the syllabus, the article presents the contents and syllabus of this discipline.

Key words: history of people of African descent; syllabus; teacher training.



* **HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR** é Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Membro do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência – IPAD.



Foto do autor

1. pensando o desenvolvimento da disciplina: História dos afrodescendentes

Mudanças implicam em alteração de ordens preestabelecidas para as formas dos discursos. Alteração de um enfoque histórico resulta em produção de novos conceitos e novos termos. A cronologia que se segue da história universal é apenas uma visão de parte da Europa sobre a história do continente europeu, não contém conceitos e épocas que façam sentido na história dos demais continentes. Inclusive, os marxistas

fizeram uma história da sociedade capitalista baseada apenas na história da Europa, mais especificamente, na Inglaterra e Alemanha e professam-na como credo, como se fosse universal. Os acontecimentos que inspiraram a teoria marxista foram baseados apenas na industrialização de parte da Europa e não correspondem à realidade da Europa como um todo, quanto mais à da humanidade. Realizaram uma forma eurocêntrica, baseada na ciência da modernidade ocidental, que utiliza como ponto de partida apenas os

conceitos da filosofia grega como base da racionalidade humana. Modernidade que é um conceito histórico válido apenas para parte da Europa e constitui parte de uma ideologia sobre os europeus como executores únicos de um pensamento racional (BERNAL, 1987). Construíram a história de parte da Europa e prosseguiram pensando de forma determinista a humanidade seguiria as mesmas coisas.

Na história considerada como universal (CUNHA JUNIOR, 2020), (HARARI, 2014), a denominada idade média, foi apresentada como um período de fortíssima estagnação econômica e cultural, que fica subtendido como de toda humanidade, enquanto, na realidade a África e a Ásia viviam grandes expansões urbanas econômicas e sociais, com grande produção de conhecimentos científicos. A pesquisadora norte americana Janet Abu-Lughod (1991) é uma intelectual imersa no ocidente e que percebeu de forma pioneira este problema na história ocidental. Ela escreveu sobre o sistema mundo (ou seja, o mundo como um sistema global) e o urbanismo africano e asiático antes da hegemonia europeia, entre 1250 e 1350. O livro dela foi importante nas minhas leituras na década de 1990 para repensar a história do ocidente e as suas ideologias, também para pensar na formulação da história dos afrodescendentes.

Em 2002, propus pela primeira vez na Universidade Federal do Ceará a disciplina de História dos Afrodescendentes, e fiz uma revisão em reformulação em 2018, cujo resultado é apresentado nesse artigo. A formulação da História dos Afrodescendentes é baseada em premissas que foram realizadas na minha adaptação da história africana para história do urbanismo africano (CUNHA JUNIOR,

2020). Como embasamento conceitual da disciplina aqui apresentada eu produzi uma forma adaptada da história africana em perceber os tempos e os espaços históricos conectados. Nas filosofias africanas o espaço é sempre associado ao tempo e o tempo ao espaço. Produzi uma versão da história africana em quatro tempos – espaços: história antiga relativa as civilizações do rio Nilo, tomando Etiópia, Núbia e Egito como conjunto; O tempo histórico de mercantilismo africano abarcando todo o continente, considerando do século 4 ao 16 da era cristã; Depois trabalhamos com a era das catástrofes africanas, dividida em dois grandes espaços, o norte africano e o vale do rio Nilo, o primeiro devido a dominação turca que se impôs dos séculos 13 ao 19, segundo, do século 15 ao 20 e por fim a era da renascença africana, os tempos atuais. Essa nova periodização tem impacto nas questões de pensar a imigração forçada de africanos para o Brasil. Pensamos o africano como colonizador do Brasil, quanto à transferência de conhecimentos e do desenvolvimento das tecnologias no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2010).

Deixamos de considerar os europeus como colonizadores da África e os pensamos com agressores, invasores e destruidores das sociedades africanas. Para o Brasil substituímos a terminologia de escravidão e capitalismo do trabalho livre por escravismo criminoso e capitalismo racista. Abolimos a nomenclatura de senhor e escravo, nos referimos à escravizados e escravizadores. Passamos a trabalhar com os conceitos de população negra e não apenas do negro. Considerando o efeito que as falas produzem e o que ecoa nas mentalidades vê-se uma constante necessidade de modificação dos vocábulos e dos conceitos. A principal

mudança de postura foi aceitar a proposição do intelectual baiano Manoel Querino, de 1918, em pensar o africano como colonizador do Brasil e não o português (QUERINO, 1980). Também observamos que os avanços portugueses dos séculos 14 e 15 foram consequência da colonização africana feita pelos *Al-moravitas*, denominados como mouros (AMARAL, 1995), (FAGG, 1988), (DENUCE, 1963). Outro ponto é que os principais cartógrafos e geógrafos que serviram às cortes portuguesas explicando para essas cortes um mapa mundi desconhecido pelos europeus, um mapa desenvolvido pelos navegadores chineses e também muçulmanos, onde figuram as Américas, em tempos muito anterior as viagens de Cristovam Colombo e de Pedro Alvares Cabral (DENUCE, 1963). Ou seja, os portugueses aprenderam com os geógrafos africanos sobre existência das Américas.

Ao pensar o africano como colonizador do Brasil é possível descobrir que todos os conhecimentos em todas as áreas que viabilizaram a economia brasileira entre 1500 e 1800 eram africanos, daí a explicação da mudança da flora e fauna brasileira através de espécimes trazidas da África, bem como as adaptações das encontradas aqui para os moldes de produção africano (CUNHA JUNIOR, 2010; 2012).

Outra modificação importante do pensamento foi reconhecer que o modelo conceitual da *Casa Grande e da Senzala* é falho, não vale para todas as regiões do Brasil, é um modelo restrito a poucas regiões do país, nas quais tivemos plantações de cana para produção de açúcar e de café para exportação. O modelo é apenas para uma faixa do nordeste e do sul do Brasil (CUNHA JUNIOR, 2014). Não se processa na imensa região do semiárido

do nordeste onde a economia do gado era a principal atividade econômica e voltada apenas para o mercado interno. Consideramos o modelo social proposto por “casa grande e senzala” como um romance do delírio de um macho narcisista eurocêntrico, pois nunca deve ter havido completa harmonia nas relações sociais, elas foram em grande proporção antagônica e de imensa crueldade. Assim a produção da disciplina história dos afrodescendentes na perspectiva da população negra é uma ruptura deste paradigma.

2. A gênese africana no Brasil

A importância dos africanos na formação histórica do Brasil se faz presente em todos os campos do conhecimento, a saber, a flora e a fauna brasileira receberam imensa transformação pela adoção e o cultivo de um número expressivo de espécimes africanos (CAMARGO, 1998), (ALBUQUERQUE, 1997). Coqueiros, bananas, dendê, arroz, café, algodão, mamona, gado caprino, gado bovino (que tinha sido adaptado ao Quênia, Egito e Congo), galinhas de angola, figueiras e gameleiras foram trazidas pelos africanos, por razões diversas, para produção de tecidos, couro, casas, móveis, remédios, óleos combustíveis, peças de engenho, ferro, saveiros, alimentação da população e práticas religiosas. O fato é que a força da colonização africana no Brasil pode ser avaliada pelos inúmeros produtos africanos que passaram a fazer parte, depois de 1500, da vida e da paisagem brasileira (CUNHA JUNIOR, 2010, 2012).

A cultura brasileira é em grande parte herança africana mesmo nos campos do conhecimento pouco considerados como africanos, a exemplo do pensamento filosófico e dos marcos do cristianismo europeu, que contém em

sua gênese os sábios egípcios, como Hermes Trismegisto (MACKEY, 1914), (RIJCKENBORGH, 1991) e também o pensador Líbio, conhecido como Santo Agostinho, africanos, não citados como tal.

O catolicismo brasileiro de pretos é parte do legado africano, muito distinto dos catolicismos europeus, assim como o teatro de mamulengo, muito comum nas regiões ocidentais africanas e reproduzidos e desenvolvidos no passado brasileiro. As nossas feiras, mercados e quitandas são práticas sociais de mercados africanos (OLIVEIRA, 2014).

O imenso acervo que representa as culturas africanas transformadas em culturas brasileiras implica em nossa educação, daí a necessidade de trabalhar esses elementos no sentido de ampliar a compreensão sobre a sociedade brasileira e sobre a nossa identidade cultural.

Desde 1976, quando no movimento negro paulista nós apresentamos uma versão renovada da história africana (do qual eu fazia parte e dei aula de história africana e do negro), até a atualidade muitas propostas têm surgido sobre os conceitos relativos a história da população negra. Em 1992 eu produzi o conceito de afrodescendência e a disciplina de História dos Afrodescendentes no Brasil existe desde 2002, e hoje passa por uma revisão de ementa e justificativa. Este artigo tem por finalidade apresentar a revisão da ementa e da justificativa sobre a disciplina de graduação História dos Afrodescendentes no Brasil do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará Dessa forma apresenta-se a justificativa da disciplina, sua ementa, abrangência dos temas tratados e conceitos desenvolvidos, como também uma bibliografia sobre o tema. Acredito

que este artigo seja uma contribuição original e útil para o conjunto de cursos de Pedagogia em razão do cumprimento da lei 10639/2003, que obriga o estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

3. A justificativa da injustiça

Na formação histórica do Brasil o escravismo criminoso tentou roubar a humanidade das populações africanas e descendentes, qualificando-os como coisa; “ser movente” era a denominação de referência legal do sistema de produção. A historiografia brasileira realizada pelos descendentes de escravizadores criminosos e por ideólogos colaboradores foi elaborada para justificar o escravismo criminoso, deixando de resgatar a humanidade dos seres que foram escravizados e naturalizando um processo de crimes contra a humanidade. A história trata de fatos do passado sob a luz dos conhecimentos e valores do presente, portanto é parte de visões por vezes conflitantes na sociedade, fazendo uso de discordâncias sociais. Existem discordâncias sobre os enfoques da história nacional, dadas pelos grupos afrodescendentes em relação aos eurodescendentes e esta disciplina reivindica o direito a uma história com enfoque da população afrodescendente do Brasil.

Na História do Brasil escrita pelos autores clássicos (PRADO JUNIOR, 2004) (GORENDER, 1978) o processo de vida e trabalho da maioria da população ativa, constituída por africanos e descendentes é tratado apenas como um sistema produtivo, naturalizado apenas como consequências econômicas, retirando os elementos importantes de inscrição da população negra na história, traduzindo assim a continuidade de uma linha de pensamento voltada a camuflar a

realidade dos fatos históricos e da natureza criminosa do sistema.

A história do Brasil que é tratada como oficial, desconsidera a humanidade dos seres e rouba da população negra o direito à uma história honesta pautada na realidade enfrentada. Essa historiografia elimina as explicações dos fatos produzidas pelas populações negras, nas diversas condições de trabalho enfrentadas durante o período do escravismo criminoso e deixa de apresentar as condições de quilombolas livres, de libertos e construtores da liberdade, das formas de trabalho de escravizados semi-livres e de escravizados executando diversas profissões. Desconsidera o legado cultural intelectual das populações negras, apesar das condições de vida impostas pelo sistema escravista (CUNHA JUNIOR, 2010). A disciplina História dos Afrodescendentes também se justifica por trazer correções e críticas à história nacional produzida por intelectuais como Caio Prado Junior (2004) e Gilberto Freyre (2000).

Na história oficial brasileira produzida por Prado e Freyre, lidas como parte da bibliografia básica dos cursos de pedagogia, as populações negras são apenas mão de obra de trabalhos forçados. Caio Prado Junior é o cristizador deste erro imenso e desta desumanidade imperdoável com a humanidade de africanos e descendentes, quando afirma que “os negros” eram bárbaros. No livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JUNIOR, 2004) o autor se refere aos negros e indígenas como “raças exóticas” e de forma racista faz afirmações como, “povos de nível cultural ínfimo” (pag. 272-272); “povos bárbaros e semi-bárbaros” (pag. 276). Trata a população negra como de “baixo nível intelectual dos escravos” e se

supera em desqualificadores da população negra quando afirma que “a contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula” (PRADO JUNIOR, op. cit.). Afirmamos que podemos interpretar que tal historiografia qualifica estas populações da mesma forma que no passado como seres moventes, próximos às mulas e jumentos de tração.

Gilberto Freyre tenta coisificar as populações negras como de culturas inferiores, o que constitui outra forma abominável de apresentação desinformada sobre as populações negras no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2013). Necessário dizer e rever que as construções sobre as populações africanas no livro de Gilberto Freyre ignoram a história da África e dos africanos no Brasil, utilizando-se apenas de fontes do racismo antinegro produzidas no país. Tais fatores desqualificam a obra como explicativa da nossa formação histórica e social enquanto afrodescendentes. Na história brasileira real as populações negras executaram de tudo, contudo sem direito a nada, roubados de tudo. A disciplina História dos Afrodescendentes se justifica como pelo menos uma tentativa de resgate da dignidade histórica das populações negras no Brasil.

A revisão da história do Brasil com enfoque em temas de interesse da população negra foi iniciada em 1959 pelo sociólogo Clovis Moura com o lançamento do livro *Rebeliões na Senzala* (MOURA, 1959). Essa revisão da história dos afrodescendentes se nutriu da fortíssima afirmação da historiografia da negritude baseada nos trabalhos de historiadores como Joel Rufino dos Santos (SANTOS, 1979), Flavio Gomes (GOMES, 1995) e

Wlamyra Albuquerque
(ALBUQUERQUE, 2006).

A História dos Afrodescendentes, a partir de visões nossas, propõe a metodologia da afrodescendência, resultante do Pan-africanismo, seguindo caminho semelhante ao que produziu a revolucionária História Geral da África publicada pela UNESCO em 1980. Revolucionária por inovar os métodos sobre como fazer a história das populações não europeias no mundo. Revolucionária, por contradizer muito da ciência histórica eurocêntrica e consistir em uma produção da história que mostra que as posições e proposições conservadoras e erradas sobre a população negra na África e no Brasil não resultam apenas de enfoques dos pensamentos funcionalistas sendo também dos marxistas. O enfoque dado à disciplina de História dos Afrodescendentes no Brasil demonstra a necessidade de revisões amplas sobre a história brasileira partindo de um universo de informação que é pouco tratado no Brasil, o do passado africano.

Estamos trabalhando com formação de profissionais que atuarão na área da Educação e é importante que esses detenham o conhecimento dessa revisão historiográfica. A intenção é despertar os futuros gestores e educadores para o compromisso da construção e apresentação de uma história própria como fator de estabilidade emocional, individual e coletivo da população negra.

4. Os conceitos e os temas tratados na ementa da disciplina

A população africana é determinada pelo espaço geográfico e pela história do continente africano. A população negra é determinada pela origem africana e pela história do Brasil. No enfoque de população o conceito não

parte da raça e nem da cor da pele. Grupos sociais populacionais pensados em territórios determinados, e identificados com culturas e relações sociais específicas. As populações africanas são trabalhadas por regiões geográficas, grupos linguísticos, etnias e cultura ou como nações e povos. As populações negras no Brasil são conceituadas como populações de africanos e descendentes vivendo o escravismo criminoso e o capitalismo racista.

Faz-se uso do conceito geográfico e demográfico de população em razão de evitarmos as designações de raças, de escravos e de negros numa forma esvaziada dos elementos culturais, sociais, políticos e econômicos. Também sobre os povos africanos, grupos nacionais, grupos étnicos não utilizamos os designativos de tribos que geralmente são associados a conceitos de primitivos ou incivilizados.

Como citado anteriormente, dois conceitos geram os caminhos do pensamento histórico desenvolvido nesta disciplina, africanidade e afrodescendência. O conceito de africanidade versa sobre a existência de um eixo formador de todas as culturas africanas e com origem nas culturas do vale do rio Nilo como parte da antiguidade africana. Devido às migrações, trocas culturais e econômicas as culturas do vale do Rio Nilo se difundiram e se modificaram através de todo o continente produzindo uma grande diversidade cultural, conservando, no entanto, elementos comuns e agregadores denominados Africanidade. O conceito de africanidade gera uma unidade cultural em presença da diversidade entre os povos e regiões africanas (CUNHA JUNIOR, 2010).

O conceito de afrodescendência implica que a matriz africana foi recebida e desenvolvida no Brasil. A africanidade foi transportada através do oceano atlântico e desenvolvida no novo território dando respostas as condições geográficas, sociais, políticas e econômicas novas. Afrodescendência implica na existência de um patrimônio cultural, intelectual e civilizatório desenvolvido no Brasil, tendo como base o capital cultural diverso africano, sem, contudo, perder os eixos de força da africanidade. Esta maneira de interpretação da história permitiu relacionar as formas de trabalho e conhecimentos africanos com as realizadas no Brasil e revelar as tecnologias africanas importantes na formação histórica desse país. É correto afirmar que construímos uma nova interpretação da base técnica da nossa formação econômica. Uma base que apresenta a relevância dos conhecimentos da mão de obra africana, mesmo em condições adversas de escravizados (CUNHA JUNIOR, 2010). A disciplina que apresentamos é baseada neste novo enfoque. A elaboração teórica foi apenas um passo, o mais difícil é a implantação da disciplina e a modificação dos currículos. Diversos autores dos movimentos negros se propuseram e realizaram textos históricos dentro da perspectiva das populações negras. A dificuldade seguinte foi a introdução das produções sobre a história da população negra nos currículos escolares e universitários. A dificuldade não apenas técnica, sobremaneira principalmente ideológica, visto que as universidades brasileiras são eurocêntricas e que o pensamento em torno das mazelas escritas em Casa Grande e Senzala produziram uma ideologia da inexistência de problemas racistas no Brasil.

5. A ementa da disciplina (a bibliografia deste item é extensa e se encontra no projeto do plano de curso da disciplina)

As vivências como pesquisador, professor e militante dos movimentos negros levaram a propor a disciplina em 2002. Essas experiências incluíam o mestrado em história na França (1980-1981), os períodos de trabalho no Caribe (1987-1990), onde é possível encontrar uma ampla literatura sobre a formação das identidades negras e os estágios de pesquisador visitantes na Universidade de Cornell – EUA (1992 e 1996) onde foi possível discutir e estudar sobre as tecnologias africanas e sobre os paradigmas científicos do ponto de vista de pesquisadores africanos. A revisão da disciplina foi decorrente das experiências de estudo e formulação que realizei sobre urbanismo africano que realizei entre 2010 e 2016.

A ementa da disciplina ficou organizada nos seguintes grandes temas:

- a) Introdução teórica: africanidade e afrodescendência

Africanidade é um marco conceitual importante para a história africana porque classifica e especifica os marcadores do patrimônio cultural africano. Africanidade apresenta as culturas da antiguidade do rio Nilo como ancestrais de todos os povos africanos. Trata-se de um sistema cultural, filosófico de valores societários que se difundiu através de todo o território africano. A africanidade é a forma africana de ser e estar em diversos territórios sofrendo as transformações do tempo e da localidade. É o conceito de unidade africana dentro da diversidade. As afrodescendências são as transformações das africanidades no

contexto do escravismo criminoso e do capitalismo racista brasileiro. Racismo antinegro estrutural compõe as dificuldades enfrentadas pelas afrodescendências na especificidade da sociedade brasileira.

b) *Ntu* e importância da História Geral da África

Ntu faz parte do pensamento filosófico africano Bantu, constitui uma energia existente em todas as coisas e que de forma sistêmica interliga e cria ações mútuas entre todas as ocorrências que tornam os seres humanos interligados entre si e relacionados intimamente com a natureza. O *Ntu* mostra que o pensamento africano Bantu é equivalente ao pensamento complexo sistêmico das teorias modernas europeias ligadas à matemática da teoria do caos e a lógica nebulosa. *Ntu* é importante para a História Geral da África porque apresenta um caminho de elaboração da história transdisciplinar e da complexidade sistêmica.

c) As cidades africanas do século 4 ao 16

O exame detalhado das cidades africanas demonstra a constituição de um acervo cultural e tecnológico que foi transferido para as cidades brasileiras através da presença dos trabalhadores africanos escravizados no Brasil. O conhecimento das feiras e formas de comércio no continente africano produziram um padrão reproduzido em grande parte na sociedade brasileira. Conhecer as cidades africanas e as formas urbanas africanas permitem um melhor entendimento da colonização e da história do Brasil. O estudo das cidades africanas demonstra a existência de uma cultura desenvolvida no continente africano rebatendo as teorias de que os africanos formavam povos incultos.

d) A era da catástrofe africana

As invasões europeias no continente africano, a destruição de cidades e eliminação de sociedades seguida da implantação do escravismo criminoso nas Américas constituíram os fatores de atraso no desenvolvimento africano quando comparado ao europeu. Neste tópico demonstra-se como a Europa subdesenvolveu a África e como a dominação ocidental foi maléfica para as populações africanas e afrodescendentes no mundo. O racismo científico e o mito da modernidade no ocidente são apresentados e discutidos neste tópico. O processo de 500 anos de dominação ocidental se caracteriza como uma era de catástrofes humanas no continente africano promovida pelos europeus.

e) O colono africano do Brasil

O colono africano no Brasil foi um ponto de debate epistêmico apresentado, em 1918, pelo intelectual negro socialista Manoel Querino. A ementa do tópico faz a apresentação das epistemologias sobre a modernidade ocidental e sobre a invisibilidade regulada da população negra e dos povos africanos na história do Brasil e na história universal. Apresenta as culturas agrícolas e pecuárias brasileiras como legado africano na cultura brasileira. Faz uma análise minuciosa da diversificação de profissões que existiram em um grande engenho de produção de açúcar. Restituindo o justo valor dos conhecimentos dos trabalhadores africanos escravizados no Brasil.

f) Escravismo criminoso como modo de produção colonial: Escravizados e escravizadores no império do terror

A cultura de dominação ocidental naturaliza o escravismo brasileiro e

retira a especificidade e a responsabilidade do sistema quando ao analisa-lo, denomina a escravidão como parte da história da humanidade, dentro de todas as outras escravidões no mundo. Induz que a escravidão é própria das civilizações humanas. A condenação do sistema escravista como criminoso é necessária para estabelecimento de uma perspectiva da população negra sobre a história do Brasil. A terminologia de escravismo criminoso causa impacto na reflexão sobre o sistema. O sistema não é apenas criminoso como também foi um império do terror. A história e a iconografia brasileira eliminam as forcas e os pelourinhos. Retiram das paisagens urbanas brasileiras as demonstrações do clima de terror que permitiu aos portugueses o controle das cidades e duração tão longa do sistema escravista criminoso no Brasil. É apresentada a história na ótica da população negra, portanto é fundamental a condenação ética e moral do escravismo como criminoso.

g) As sistemáticas reações ao escravismo criminoso

A ementa desse tópico apresenta que as resistências ao sistema escravista criminoso foram realizadas no continente africano e no território brasileiro. Destaca que na literatura brasileira e na literatura universal utilizada no ocidente esse tema é pouco tratado induzindo a impressão que não houve resistência por parte dos africanos e nem dos escravizados. O tema trata em especial a rainha Nzinga em Angola, os quilombos no Brasil e as revoltas da população negra. Apresenta a Guerra de Canudos como parte das lutas da população negra contra os sistemas de dominação.

h) Irmandades dos homens pretos e terreiros de candomblé

O protagonismo da população negra na inserção no mundo urbano e na integração na sociedade brasileira é realizada em grande parte pela sociabilidade das irmandades de pessoas pretas e pardas e pelos terreiros de candomblé e umbanda. As irmandades existiram em todas as cidades grandes brasileiras assim como os terreiros de candomblé e umbanda constituindo um patrimônio cultural da população negra. Como patrimônio cultural o tópico aborda a formação da identidade da população negra. Patrimônio cultural e identidade da população negra são apresentados e discutidos neste tópico tendo como base as histórias das cidades e os territórios e edifícios de importância para a população negra.

i) População negra: livres, libertos, semi-livres e escravizados, as profissões da população negra

A diversidade de formação da população negra no período escravista precisa ser compreendida para a valorização das profissões realizadas e para entendimento do empreendedorismo da população negra antes da abolição do escravismo criminoso. Explicitar a população como composição de livres, libertos e semi-livres ajuda a compreender como escravizadas enriqueceram dentro do sistema escravista e que a situação de mulheres como a famosa Chica da Silva de Minas Gerais não foi única. Os negros de canto formaram uma classe trabalhadora profissionalizada (canto, pois cantavam a espera do trabalho e quando realizavam trabalhos), semi-livre, que existiu em todas as cidades brasileiras. Como também a importância das quitandeiras e negras de ganho na formação das feiras e dos mercados de consumo das cidades brasileiras.

j) Revoluções negras

A revolta dos Malês em 1835, a constituição de inúmeros quilombos, de fugas em massa e de incêndios em fazendas marcaram os episódios de lutas contra o sistema escravista criminoso. A narrativa desses eventos demarca a resistência contra o sistema injusto de produção. A Balaiada foi uma das maiores revoltas envolvendo escravizados e livres, iniciada na província do Maranhão, espalhando-se pelas províncias do Piauí e Ceará, entre os anos de 1838 e 1841. A análise desses eventos ilustra os movimentos populares de maioria negra realizados na história do Brasil.

k) Escolas de artes e ofícios

As escolas de artes e ofícios representaram um importante movimento educacional de formação de profissionais nos ofícios da régua e do compasso. As escolas de artes e ofícios tiveram professores negros e um número apreciável de artistas negros. Formou um importante contingente de profissionais negros e constitui, nas diversas capitais brasileiras, como um campo de promoção social e econômica de uma parcela de artistas negros nas áreas de construção civil, produção de mobiliário, arquitetura de interiores e artes plásticas em geral. A disciplina destaca um número de mestres negros e de alunos negros egressos dos liceus de artes e ofícios e com carreiras de destaque na sociedade. Muitas dessas escolas nasceram de grupos de professores negros e de sindicalistas socialistas negros.

l) Movimentos negros abolicionistas

A população negra e as intelectuais negras e os intelectuais negros compuseram um grande elenco de atividades na construção da abolição do

sistema escravista criminoso no Brasil. Setores trabalhistas da sociedade também se empenharam na produção da abolição do escravismo criminoso no Brasil. Faz parte da ementa apresentar e discutir o trabalhos abolicionistas como o do engenheiro André Rebouças, do jornalista José do Patrocínio, do advogado Quintino de Lacerda e a formação do quilombo do Jabaquara em São Paulo. Também apresentar os movimentos isolados como o da Sociedade dos Caifazes, um movimento abolicionista radical, liderado pelo advogado Antonio Bento de Sousa e Castro, que especializou-se em incentivar e organizar fugas de cativos. A importância da guerra do Paraguai para a promoção da abolição. Luis Gama e a proposta da população negra para a abolição

Dois fatores pouco discutidos com relação à abolição do sistema escravista criminoso no Brasil são a guerra do Paraguai e a proposta de abolição como proteção social do ex-escravizados apresentada para a sociedade brasileira pelo jurista Luis Gama.

Na Guerra do Paraguai uma população negra foi levada para zona de guerra acorrentada, como escravizada. Libertada apenas na frente de luta. Tornando-se vitoriosa e regressando como liberta e com patentes militares, transformando-se num dos fatores importantes da abolição no Brasil. Outro fator foi à proposta de indenização do ex-escravizado de Luiz Gama sobre a abolição, que constitui o primeiro e importante documento sobre política pública específica para a população negra no Brasil.

m) As teorias racistas e eugenistas

O racismo antinegro e as segregações espaciais urbanas sobre a população negra são geralmente abordados de

forma superficial e esporádica na literatura das ciências humanas brasileira. São abordadas como parte de um conjunto amplo de práticas sociais, apenas entendidas como discriminações e preconceitos. Vistas como um conjunto amplo que não traduz a importância social, econômica, cultural e política dos fatos.

As teorias racistas e eugenistas elaboradas pela ciência ocidental e eurocêntrica embasaram as políticas públicas e as práticas racistas contra a população negra realizadas pelo estado brasileiro e por uma parcela significativa da sociedade brasileira. Portanto racismo estrutural e segregação espacial são dois temas que especificam e tipificam a dominação racista brasileira. O racismo antinegro é apresentado como um sistema de dominação elaborado cientificamente, como um sistema ideológico, que é disseminado de forma pedagógica e estruturada. Não é apenas uma causalidade ou uma falta de conhecimento ou ainda também apenas um preconceito de cor, e sim racismo estrutural produzido com base na ciência e em conceitos científicos.

n) Pensadoras e pensadores negros na cultura brasileira

Neste tópico trata-se das pensadoras e dos pensadores negros na sociedade brasileira desde o período do escravismo criminoso até a contemporaneidade. Apresenta personalidades como o jurista Antônio Pereira Rebouças (1789-1880), a professora e escritora Maria Firmina dos Reis (1825-1917), o maestro e ativista Tranquilino Bastos (1850-1935), o professor Predextato Passos (datas desconhecidas), o advogado Luiz Gama (1830-1882), o médico e pesquisador Juliano Moreira (1872-1932), o engenheiro e urbanista

Theodoro Sampaio (1855-1937), Manuel Querino (1851-1923), o sociólogo e pesquisador Alberto Guerreiro Ramos (1915-1981), a socióloga, psicanalista e pesquisadora Virginia Bicudo (1915-2003), a engenheira Enedina Alves Marques (1913-1980). Pessoas cujas obras e proposta visavam à transformação da sociedade brasileira.

o) Transição do escravismo criminoso ao capitalismo racista

A situação da população negra no pós-abolição necessita de enfoques históricos amplos. A transição do sistema escravista para o capitalismo não foi de forma imediata, no dia seguinte do dia 13 de maio de 1888 e as formas de burlar a lei foram várias e permaneceram durante mais de meio século. A transição rural para urbana, das populações negras foi um processo lento e cheio de entraves. As segregações espaciais urbanas se formaram de diversas maneiras dificultando a integração da população nas cidades. A imigração europeia foi uma política pública de formulação racista do estado republicano. O trabalho dos brasileiros negros foi postulado como de menor valor em relação ao do imigrante, que foi apresentado como responsável pelo progresso. Existiu e persiste uma constante desqualificação social do “trabalho de negro” em relação ao “trabalho de branco”.

p) Movimentos negros no pós-abolição

Neste item da disciplina são apresentados os diversos movimentos sociais da população negra realizados em várias cidades brasileira. Movimentos, dentro dos movimentos sindicais e movimentos específicos da população negra. Fazem parte deste tópico os movimentos culturais de

clubes negros, grupos teatrais e a literatura negra. Dois entre esses, de maior expressão foram a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e os Movimentos de Consciência Negra da década de 1970. Também, a constituição dos movimentos de quilombos e de pesquisadores negros é tratada nesse tópico, além dos movimentos atuais da juventude negra no Grafite social e no Hip-hop, que são apresentados como manifestações dos movimentos negros contemporâneos.

5. Considerações finais

A apresentação dessa disciplina, tanto na versão original como na reformulada, sempre apresentou muitos questionamentos por parte do corpo docente da área de pedagogia e das demais ciências humanas. Questionamentos quando aos conceitos, quanto a necessidade de existência da disciplina e sobre o enfoque apresentado. Ficou sempre bem caracterizado os embates ideológicos, principalmente a defesa veemente do livro Casa Grande e Senzala, anteriormente mencionado e cuja minha crítica se encontra no artigo “Crítica ao pensamento das senzalas e da casa grande” (CUNHA JUNIOR, 2013). Penso que na maioria dos professores leem o livro, não examinam as referências e nem a ideologia dos que escreveram as referências. Muito menos se dão conta da biografia do autor e das suas vinculações ideológicas com a ditadura de Salazar em Portugal.

Com relação aos discentes a disciplina atraiu alunas de diversos cursos da nossa universidade, de outras universidades, em sua maioria alunas negras. Além da grande euforia em terem a disciplina os depoimentos informam que foi a única vez que a população negra foi tema nas suas formações. O grande impacto da

disciplina e o tema quase sempre recorrente nas discussões foi o da identidade da população negra, as identidades deles próprios.

Os movimentos de transformação da sociedade são feitos por grupos sociais que possuem identidades sociais, identidades de propósitos, de origens e de histórias sociais. As histórias e os propósitos comuns dos grupos sociais constituem as identidades e essas são forças de aglutinação de valores sociais, políticos, culturais e econômicos. Em sociedades que possuem disputas sociais, as identidades são formas de convergências que são fortemente atacadas e combatidas pelos grupos dominantes no sentido de evitarem demandas sociais de direitos e reivindicações nos campos materiais e imateriais.

O enfoque da pós-modernidade na Europa trouxe consigo um movimento de negação das identidades. Na população negra brasileira a afirmação das identidades é um fator político. Por exemplo, nas comunidades de quilombo o direito da propriedade da terra depende da auto declaração como de identidade quilombola dos membros. As cotas das políticas de ações afirmativas também. Portanto a disciplina de história dos afrodescendentes funcionou como um campo epistêmico de discussão da afirmação das identidades negras.

Na primeira república no Brasil a política positivista sobre a formação brasileira instituiu na produção de uma identidade nacional e democrática baseada na ideia de um povo único, resultados das três raças, o povo mestiço e cultura híbrida. Porém a ideologia da mestiçagem não produziu o efeito da mestiçagem dos direitos à propriedade, ao poder político, ao comando da cultura e da gestão do país.

Desta proposição republicana é que a mestiçagem virou ideologia e forma de dominação, destruindo ou invalidando a existência de identidades negras (MUNANGA, 2005-2006).

As esferas da política brasileira também trabalharam a formação de uma identidade nacional única em termos de classe trabalhadora, classe popular, povo brasileiro, massa oprimida ou pobres brasileiros (BEBRUN, 1990). Mas essa ideia de unidade popular produziu uma invisibilidade das presenças dos povos africanos e das descendências africanas no Brasil e causou protestos dos movimentos negros e um movimento específico de consciência negra na década de 1970.

Numa sociedade que cultua o racismo antinegro, a identidade negra é necessária para não se sucumbir psicológica e emocionalmente às ásperas do sistema de dominação. Racismo antinegro é um conceito que expressa a existência de um sistema de dominação, político, cultural, social, econômico e mental, sobre as nossas vidas e sobre todos os fatores relativos à nossa existência. Todos os sistemas de dominação criam ideologias e práticas de opressão que são naturalizadas pela sociedade e que ferem cotidianamente o grupo subalternizado.

Em grande proporção o sucesso da disciplina entre os discentes da universidade se deve a discussão que ela enseja sobre as identidades negras e dentro de uma história específica das populações negras brasileiras. Considerando tanto a cultura negra como a existência do racismo estrutural antinegro.

Nada muda totalmente e de repente, e sim tudo conserva uma história passada, transformações do presente, formatam o futuro que traz o desconhecido. As

filosofias africanas tratam os tempos e as localidades sempre associados e condicionados à ancestralidade. Os ancestrais são o passado de uma localidade, como grupo de pessoas, como feitos humanos, como condições da natureza e das suas transformações. O respeito pela ancestralidade é o respeito pelas próprias origens, os aparatos das identidades de um povo e as suas histórias. Entretanto, a ancestralidade é presente, no tempo e local presente e se propõe a formar através do conhecimento humano, as perspectivas do futuro, sempre condicionadas aos fatores não previsíveis ou desconhecidos ou conhecidos e não devidamente tratados. Neste mesmo sentido é que trato a disciplina de história dos afrodescendentes devido a base da filosofia africana empregada na proposta.

Para o conhecimento africano a história é um fator de culto, respeito e aprendizado sobre as relações sociais de uma cultura e sobre as mudanças de conhecimento empreendidas. A construção de uma história própria é um fator de estabilidade emocional individual e coletivo de uma população. Existe uma necessidade “do ser humano” em conhecer suas origens. Existe juridicamente na atualidade o direito de os povos conhecerem sua história. Estes são argumentos que valorizam o esforço da criação e em ministrar em todos os semestres desde 2002 essa disciplina.

A apresentação da revisão da ementa da disciplina e de sua justificativa neste artigo é uma contribuição às pesquisas e as propostas em elaboração sobre a base curricular de formação dos cursos de Pedagogia, quanto a formação social brasileira e sua estruturação com base na herança africana e afrodescendente

na sociedade brasileira. A premissa que nossa formação social é resultado de uma diversidade de povos e culturas é de grande relevância. No entanto, se faz necessário que estes diversos povos apresentem as suas versões da história para que a população brasileira encontre as bases da nossa identidade nacional como plural e de expressões plurais, sem silenciamentos ou omissões.

Referências

ABU-LUGHOD, Janet Lippman. *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*. USA: Oxford University Press. 1991. pp. 464.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. *Folhas Sagradas: as Plantas Litúrgicas e medicinais nos cultos afro-brasileiros*. Recife: Editora da UFPE, 1997.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2006). *Uma história do negro no Brasil* / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p.

AUFRÈRE, Sydney H. (2008) (in French). *Thot Hermès l'Égyptien: De l'infiniment grand à l'infiniment petit*. Paris: L'Harmattan.

CAMARGO, Maria Thereza L. de Arruda. *Plantas medicinais e rituais afro-brasileiros II: Estudo etnofarmacobotânico*. São Paulo: Ícone editora. 1998.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Crítica ao pensamento das senzalas e da casa grande*. Revista Espaço Acadêmico. N. 150, novembro de 2013, pp. 84-100.

CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU. *Revista Espaço Acadêmico*. P. 81-92, maio de 2010.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Olhando pela janela e vendo as árvores africanas: Relações Brasil-África, continuidade e permanência da África no Mundo Atlântico*. In: Sandra Haydée Petit / Geranilde Costa e Silva (Org.). *Memória de Baoba*. Fortaleza: Editora da UFC, 2012. V.1. p. 119-130.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação histórica do Brasil*. 2010.

DEBRUN, Michel. (1990). *A identidade nacional brasileira*. Estud. av. vol.4, no. 8 São Paulo, Jan./Apr. 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 41; ed, Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos (1995). *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro - século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

GORENDER, Jacob. (1978) *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

MACKEY, Albert (1914). *An Eycyclopedia of Freemansory*. Londres: The Masonic History Company, 1914.

MOURA, Clovis. (1959 primeira edição) (2014 – quinta edição). *Rebeliões na Senzala*. Editora Anita Garibaldi, em parceria com a Fundação Mauricio Grabois, 2014.

MUNANGA, Kabengele. (2005-2006) *Algumas considerações sobre raça, ações afirmativas e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos*. *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUERINO, Manuel Raimundo. “O colono preto como fator da civilização brasileira”, *Afro-Ásia*, n. 13, pp. 143-158, 1980.

RIJCKENBORGH, Jan van. *A arquignosis egípcia* (Obra em quatro tomos - baseada na Tabula Smaragdina e no Corpus Hermeticum de Hermes Trismegisto). Escola Espiritual da Rosacruz. Aurea, 1991.

SANTOS FILHO, Gabriel dos (2012). *O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade: um olhar socioantropológico sobre a Pastoral Afro-Brasileira*. Salvador-BA: EDUFBA. 2012.

SANTOS, Joel Rufino dos. (1979). *História do Brasil*. Editora: Marco Editorial, 1979.

Recebido em 2021-02-14
Publicado em 2021-01-01